

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.917 - RS (2019/0335847-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **ORTOTECH S/A**
ADVOGADOS : **RODRIGO LUDWIG - RS091133**
 JEAN MICHEL LUCCHESI MELLO E OUTRO(S) - RS084176
 LEONARDO DE FARIA THIARA - RS089477
RECORRIDO : **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA**
ADVOGADOS : **GABRIEL LOPES MOREIRA E OUTRO(S) - RS057313**
 GIORDANO BOEMLER PARISOTTO - RS105926

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ORTOTECH S.A. com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. Não há como reconhecer a prescrição intercorrente nos autos da execução, pois esta pode ocorrer apenas nas hipóteses em que: 1) o credor, após intimação pessoal, deixa de intervir no feito, 2) houver requerimento de extinção do feito pelo réu ou 3) restar caracterizado o desinteresse inequívoco da parte exequente em não continuar com a demanda. No caso em análise, não restaram configurados os requisitos para o reconhecimento da prescrição intercorrente. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO" (fl. 486, e-STJ).

No recurso especial (fls. 168-184, e-STJ), a recorrente aponta violação dos artigos 269, IV, do Código de Processo Civil de 1973; 5º da Lei n. 6.840/1980; 52 do Decreto-lei nº 413/1969; 70 da Lei Uniforme de Genebra, além de dissídio jurisprudencial.

Alega que para que se verificar a prescrição intercorrente não haveria necessidade de intimação pessoal da parte credor para se manifestar.

Argumenta que o recorrido olvidou dos atos processuais para satisfação do crédito; que houve determinação de arquivamento do feito em 5/6/2009, tendo ocorrido despacho de advertência de que o feito não poderia ficar indefinidamente parado; decorreu o prazo de um ano do arquivamento em 5/6/2010.

Por esse motivo, defende que o feito deveria ser extinto, com o reconhecimento da prescrição intercorrente.

Contrarrrazões não apresentadas (fl. 674-687, e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece acolhimento.

O tribunal de origem assim se manifestou sobre a controvérsia:

"Alega a parte recorrente a necessidade de reconhecimento da prescrição intercorrente, considerando a ausência de prática de atos processuais pelo recorrido desde 21.05.2009.

Destaco, de imediato, em relação à prescrição intercorrente, que o entendimento desta Câmara é de que esta modalidade da prescrição será reconhecida em hipóteses de absoluta inércia do credor (após intimação pessoal para dar prosseguimento ao feito), desídia ou culpa da parte que impossibilite o prosseguimento da execução.

Tais hipóteses não se materializaram nos autos, devendo ser afastada a possibilidade de configuração de desinteresse por parte da recorrente em não prosseguir com o feito.

Da análise dos autos eletrônicos afere-se que não houve a intimação pessoal da parte para dar andamento à execução, afastando-se, assim, a possibilidade de reconhecimento da prescrição intercorrente" (fls. 488-489, e-STJ)

Com efeito, A Segunda Seção desta Corte, no julgamento do incidente de assunção de competência, REsp nº 1.604.412/SC, em 27/6/2018, para os efeitos do artigo 104-A do RISTJ, fixou as seguintes teses:

"(...)

1.1 Incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002.

1.2 O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980).

1.3 O termo inicial do art. 1.056 do CPC/2015 tem incidência apenas nas hipóteses em que o processo se encontrava suspenso na data da entrada em vigor da novel lei processual, uma vez que não se pode extrair interpretação que viabilize o reinício ou a reabertura de prazo prescricional ocorridos na vigência do revogado CPC/1973 (aplicação irretroativa da norma processual).

*1.4. O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, **devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição.**"*

Assim, em observação ao princípio do contraditório, o credor deverá ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição intercorrente.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO

INTERCORRENTE. ORIENTAÇÃO FIRMADA NO IAC no REsp 1.604.412/SC. PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR MAIS DE 14 (QUATORZE) ANOS. CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.

1. A Segunda Seção desta Corte, em incidente de assunção de competência no julgamento do REsp 1.604.412/SC, decidiu que, nos processos submetidos ao CPC de 1973, a inércia do credor por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado enseja o reconhecimento da prescrição intercorrente, devendo apenas ser atendido o princípio do contraditório mediante a simples intimação do autor.

2. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 1.243.304/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 10/05/2019).

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. INOCORRÊNCIA. INTERRUPTÃO DO PRAZO RECURSAL PELA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO TEMPESTIVOS. CPC/1973. EXECUÇÃO. AFASTAMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA ORIGEM. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO CREDOR NÃO PARA DAR ANDAMENTO AO PROCESSO, MAS PARA ASSEGURAR A OPORTUNIDADE DE SUSCITAR EVENTUAL FATO IMPEDITIVO, INTERRUPTIVO OU SUSPENSIVO DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. INAPLICABILIDADE DO ART. 267, § 1º, DO CPC/1973. EXIGÊNCIA EXCLUSIVA PARA A CONFIGURAÇÃO DE ABANDONO DA CAUSA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFRONTO COM A ORIENTAÇÃO DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. TEMA Nº 1. ADEQUAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO" (AgInt no REsp 1.750.147/MS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 03/05/2019).

Portanto, não merece acolhida a pretensão da recorrente, pois o entendimento do Tribunal de origem encontra-se em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a parte exequente deve ser previamente intimada para demonstrar eventuais causas interruptivas ou suspensivas da prescrição intercorrente.

Logo, não merece reforma o acórdão recorrido, incidindo, na espécie, o enunciado da Súmula nº 568/STJ.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Deixo de tratar dos honorários recursais (artigo 85, § 11, do CPC/2015), haja vista que não houve condenação em honorários sucumbenciais na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 22 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator